

## HISTÓRIAS DE VIDA DE TRAVESTIS COM HIV: o convívio com preconceitos, direitos e vulnerabilidades

**Raul Victor Izidio da Silva**

Graduando em Serviço Social  
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

**Michelli Cristina Souza**

Graduanda em Serviço Social  
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

**Fernando Guimarães Oliveira da Silva**

Assistente Social, Pedagogo e Mestre em Educação  
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

### RESUMO

Este texto compõe nosso projeto de pesquisa construído para a proposta de Trabalho de Conclusão de Curso. Surgiu, inicialmente, a partir da preocupação que a AIDS, desde os primeiros registros de 1983 vem trazendo para o Brasil, principalmente, porque, segundo a ONU o problema atinge mais pessoas de minorias sociais. Observamos que o Brasil registrou a diminuição gradual dos elevados índices de contaminação comparada ao início da doença em nosso país, no entanto, há que se destacar a relevância de ser um tema imprescindível para agenda das políticas públicas das áreas de educação, assistência social e saúde. Elegemos como público de pesquisa as travestis, o qual nosso objetivo é entender como utilizam das seguranças sociais, conhecendo suas histórias de vida e as dificuldades que possuem no acesso às políticas sociais. Assim, a metodologia de pesquisa de história de vida permite-nos que possamos ir além das dificuldades de acesso, compreendendo também, questões silenciadas, permitindo dar visibilidade política às travestis e suas demandas. Para colher os dados, faremos um levantamento junto a uma unidade pública e/ou grupo fechado no facebook, para convidar as travestis a participar. Com isso, oportunizamos revelar suas dificuldades, vulnerabilidades e experiências vividas de acesso, privação e preconceito no conviver com a AIDS, construindo subsídios para entender protagonismo e, também, agendas de políticas públicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** AIDS; Travestis; Acesso a direitos; História de vida.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo vincula-se ao projeto de pesquisa idealizado para a proposta de Trabalho de Conclusão de Curso, onde, em linhas gerais, visa analisar/explorar os discursos sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) em grupos de travestis. Com isso, buscamos identificar suas dificuldades, vulnerabilidades e experiências vividas no que diz respeito à privação e ao acesso às políticas públicas de prevenção e/ou tratamento. O interesse na temática, surgiu,

no anseio em entender as questões ligadas à AIDS, visto que, afeta todas as classes sociais, porém se torna preocupante quando ocorre em populações pobres.

Segundo Foucault (2003), quando a heterossexualidade é tomada como princípio, torna-se sinônimo de norma, patologizando e criminalizando historicamente todos os que não se “ajustam” a esse padrão, proporcionando assim, tecnologias para disciplinar, vigiar e corrigir os diferentes. Aludindo à obra “Vigiar e Punir”, observamos que nos corpos dos sujeitos é expresso todos os padrões normativos da cultura vigente, sendo assim, os sujeitos que não estão adequados nos padrões eleitos convivem e, são veementemente, atacados como o foco dos problemas de comportamento, saúde, educação, violência e etc. Não tão distante desta realidade, temos a questão da AIDS, vista, durante muito tempo, segundo Fry; MacRae (1985) e Sousa (*et al.*, 2012) como o “câncer gay”, representando um dos primeiros modos de expressão da homofobia no Brasil, intensificando, mais ainda, a discriminação e o estigma pessoas que convivem com a doença.

Com relação à atual epidemia do HIV/AIDS em grupos específicos, através de pesquisas, observa-se que, no Brasil, são escassos os dados epidemiológicos que identifiquem o perfil e a tendência da doença junto ao segmento das travestis, o que nossa pesquisa, também, pretende desmitificar. No que se refere aos objetivos propostos de nossa pesquisa, pretendemos conhecer as histórias de vida de travestis, conhecendo as dificuldades que têm no processo condutor de vulnerabilidades, frente aos acessos e problemas de aceitação vividos (preconceitos). Realizaremos, para isso, um levantamento sobre a produção acadêmica de travestis e HIV/AIDS, utilizando como recurso metodológico o estado da arte, a abordagem da pesquisa quanti-qualitativa e a história de vida.

Munidos disto, buscamos conhecer as vulnerabilidades ao HIV/ AIDS às quais as travestis estão expostas, visando desta forma, produzir conhecimento, suscitando novas hipóteses e direcionando políticas públicas efetivas para esse seguimento.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender o estigma histórico de grupo de risco da AIDS aliado à identidade de homossexuais e travestis no Brasil é preciso que façamos uma análise

dos contextos históricos de difusão e aparecimento da doença. Assim, na tentativa de entender suas especificidades e sua padronização como público-alvo da doença, traçamos historicamente a leitura que se tem sobre o público mais afetado pela AIDS atualmente, propiciando entender também o estigma e as dificuldades que vivenciam travestis decorrente desta imagem cristalizada nos discursos sociais.

Em relação à origem da AIDS no Brasil, notamos que os primeiros casos de AIDS no Brasil, que se tem notícia, ocorreram a partir de 1982, no estado de São Paulo onde, após estudos, foram identificadas importantes direções de sua epidemia. Uma delas foi a relativa expansão do número de casos entre as populações com baixo nível de renda e escolaridade, atingidas com precárias políticas de proteção social, o que pode ser descrito por alguns autores como a “pauperização” da epidemia brasileira (PINTO *et al.*, 2007).

Após seu surgimento, a AIDS foi associada aos denominados “grupos de risco”. Neste conceito incluía-se a falsa ideia de que a infecção pelo vírus do HIV ocorreria somente nestes grupos sociais, devendo estes serem isolados para proteção da própria sociedade, resultando em estratégias discriminatórias de prevenção, que posteriormente mostraram-se inadequadas e insuficientes para o enfrentamento da doença. Nesse sentido, a categoria “grupo de risco” foi substituída por “comportamento de risco” no intuito de ampliar o entendimento de que qualquer pessoa poderia ser afetada pela AIDS e também, visando diminuir a discriminação e culpabilização do indivíduo que convivia com a doença.

Na década de 90, Jhonatan Mann e sua equipe introduziram o conceito de vulnerabilidade para tentar explicar sobre os aspectos individuais, coletivos e contextuais que influem na iminência à infecção e o adoecimento, questionando o “comportamento de risco”. O contexto de vulnerabilidade amplia a perspectiva da possibilidade de considerar diferentes contextos (culturais, sociais, sexuais, educacionais e etc) relacionados à doença.

Peter, e Camargo, afirmam que:

Deve-se considerar a dimensão continental do Brasil e suas disparidades econômicas, sociais e demográficas, isto é, nos vários “Brasis” que imprimem características diferenciadas na forma como o HIV se propaga, entre a população, na possibilidade de acesso à rede de saúde, adesão aos medicamentos e até mesmo para o risco de óbito em decorrência da AIDS (PETER; CAMARGO, 2000, p. 81-102).

Diante dos contextos indicados pelos autores para compreender a doença como uma vulnerabilidade em saúde, onde comparecem junto à doença como público mais atingido sujeitos homossexuais e travestis. Neste período, eram realizadas festas e concursos durante o carnaval, no qual, homossexuais vestiam-se com indumentárias femininas em assim apareciam “em travesti”. Entretanto, este termo, só passou a ser utilizado lentamente como uma categoria de identidade, a partir dos anos 1970 e 1980. Peres (2009, p. 236) entende que as travestis são sujeitos que se “identificam com a imagem e o estilo feminino, apropriando-se de indumentárias e adereços de sua estética, realizando com frequência a transformação de seus corpos, quer por meio da ingestão de hormônios, quer através da aplicação de silicone industrial e das cirurgias de correção estética e de próteses”.

A partir dessa identificação, Green (2000, p. 379) afirma que esta identidade despontou no cenário de diversidade sexual na década de 60, onde:

as travestis podiam ser vistas apenas durante o carnaval ou nos espaços fechados dos clubes gays e dos shows de travestis, os anos 70 assistiram uma proliferação acelerada de travestis pelas calçadas do Rio, de São Paulo e de outras cidades grandes, vendendo o corpo em troca de dinheiro.

Em Fry; MacRae (1985) o grupo de Caetano Veloso e os Dzi Croquettes, foram os primeiros a explorar a identidade travesti, visto que se colocavam no cenário artístico com roupas femininas, explorando a características feminina no corpo de homens. Dotadas de uma identidade, as travestis, só surgiram como categoria identitária junto ao movimento homossexual quando, este, passou a basear-se em diferentes identidades, em detrimento de um movimento da questão da homossexualidade.

Fruto de contribuições de movimentos homossexuais, há também que destacar os diversos impactos de reivindicações dos grupos organizados sobre a releitura da homossexualidade como uma orientação sexual, abandonando discursos de religiosidade, medicina e etc., baseando-se no desejo. (FRY;MACRAE, 1985). Para isso o conceito de orientação sexual, foi fundamental para a distinção entre estes dois grupos, nos possibilitando afirmar as travestis não se tratam se uma categoria tradicional, e sim moderna, em relação ao homossexual.

De acordo com Goffman (1988) quando discute sobre o estigma, como determinado pelos gregos como uma demarcação negativa das pessoas, vale ressaltar que é “uma característica que torna o indivíduo diferente dos outros que se encontram em uma categoria que pudesse ser inserido”. Com isso, o pensamento de Goffman (1988) nos traz que as travestis fazem parte de um grupo classificado por um atributo negativo predominante de sua diferença.

Ressalta-se que as diferentes epidemias de HIV existentes no Brasil, tem em comum o fato de que a população LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) encontra-se em “risco” não apenas pelo risco de infecção, mas também ao risco à violência e discriminação, já que, no imaginário social, estes grupos, principalmente as travestis são associados à prostituição e imoralidade sendo sempre representadas de forma estereotipada.

Deste modo, não só as travestis como os demais segmentos homossexuais, foram arbitrariamente padronizadas como disseminadoras da doença. Indicamos que o fato de as travestis serem compreendidas pelo imaginário social como potencial grupo de risco reside nos ditos preconceituosos sobre sua condição, o que nos leva a entender a refração (BAKHTIN, 1993) disso na constituição de suas identidades. Ou seja, Coracini (2007, p. 23) argumentou que o sujeito assume “função, lugar no discurso, recebendo da formação discursiva parte importante da sua identidade; já que é ela que vai de certa forma, definir as relações de poder, e a partir daí o que pode e deve ser dito, onde, quando, de que modo etc.”

Com isso, observamos que a identidade das travestis sofrem a interferência do Outro na constituição que fazem de si, principalmente, porque estes Outros que determinam ditos considerados aceitáveis ou não para determinado grupo de pessoas. As travestis são alvo de tratamentos hostilizantes e práticas de discriminação porque tem no corpo a “subversão” (SILVA, 2000) do padrão heteronormativo de sexualidade. Por ter uma identidade “aberta, descontínua e perturbadora” (HALL, 2006) as travestis convivem com a transposição dos ditos padronizados sobre a sexualidade hetero, sofrendo a atuação dos Outros para constituição de suas identidades, acesso a bens e serviços. Dessa maneira, Benedetti (2005, p. 131) diz que a incorporação feminina das travestis é ambígua e polissêmica, observa-se que, “ao mesmo tempo em que produzem meticulosamente

traços e formas femininas no corpo, estão construindo e recriando seus valores de gênero, tanto no que concerne ao feminino como ao masculino”.

Dada a refração dos ditos preconceituosos sobre as travestis na constituição de suas identidades, percebemos uma explicação para entender o porquê as travestis convivem em vias de riscos e vulnerabilidades sociais, conseqüentemente, em saúde. Os serviços de saúde, no que se refere à prevenção e cuidados à população LGBTT tem se ampliado, porém ainda carece de efeitos positivos em relação à qualidade dos serviços criados.

Contudo, apesar da existência de vários projetos, programas e outros compromissos do governo federal relativos ao tema da saúde da população LGBT, o que se pôde constatar, a partir das entrevistas com gestoras governamentais e ativistas, é que ainda existem vários obstáculos no tocante à efetividade das propostas do governo (MELLO *et al.*, 2011, p.17).

Desponta nos estudos dos autores a necessidade de produzir a qualidade na prestação dos serviços de saúde: cuidados e prevenção à população LGBTT, visto que os municípios de pequeno e médio porte possuem poucos serviços voltados à busca ativa, atendimento, sensibilização, campanhas e tratamento das questões voltadas à doença. O fato da ausência de efetividade dos serviços retrata que essa população está mais vulnerabilidade à iminência de riscos sociais e em saúde.

Com isso, o acesso aos bens e serviços da sociedade tornam-se precários, dificultando um trabalho de mobilização dessa população em campanhas de prevenção a riscos de violência, de doença e de vulnerabilidade social. De acordo com Sabatine (2012, p. 38) o grupo de travestis não se sente acolhida para procurar espontaneamente os serviços devido à dificuldade que vivem de serem aceitas. Enfatiza assim, que:

Na verdade, as travestis com poucas exceções como aquelas que estabeleceram relações de confiança e reciprocidade com as equipes das unidades e postos de saúde de suas vizinhanças, raramente procuram o atendimento médico seja para a prevenção através de exames de rotina, seja para a recuperação da saúde.

Sabatini (2012) traz que essa dificuldade de procurar os serviços de saúde estão correlacionados aos controles exercidos pela medicina na sociedade quando

procuravam a moralização de comportamentos e o alinhamento do corpo ao sistema biológico. Diante desta primeira leitura do referencial teórico pretendemos nortear os estudos relacionados a construir pistas de reflexão sobre a história de vida de travestis que convivem com o preconceito, em função da AIDS, e o acesso aos direitos sociais e políticas públicas de seu território de convivência.

## 2 METODOLOGIA

A AIDS preocupa, não tão somente, a população de travestis e homossexuais, mas é um tema que está tomando amplitude irrisória porque está envolvendo outros sujeitos, como: mulheres casadas, adolescentes, e etc. Para travestis que convivem com a doença é possível entender algumas dificuldades enfrentadas no cotidiano, na medida em que os ditos sobre elas materializam discursos calcados no preconceito e na ausência de um reconhecimento dessa diversidade, que dissemina um pensamento transfóbico.

Para desenvolver o primeiro passo no tema de pesquisa foi proporcionado um levantamento bibliográfico a fim de entender a dinâmica da AIDS no contexto social e cultural brasileiro, elegendo como público as travestis. Elegemos como público de pesquisa as travestis, o qual nosso objetivo é entender como utilizam das seguranças sociais, conhecendo suas histórias de vida e as dificuldades que possuem no acesso às políticas sociais. Assim, a metodologia de pesquisa de história de vida permite-nos que possamos ir além das dificuldades de acesso, compreendendo também, questões silenciadas, permitindo dar visibilidade política às travestis e suas demandas.

A história de vida permite, por meio do recurso da oralidade utilizar de um:

[...] movimento voltado não à coleta de documentos já produzidos, mas à elaboração de novos documentos a partir de relatos e entrevistas de informantes que não necessariamente têm uma projeção na vida pública ou alguma notoriedade, mas que se encontram em condições de relatar algo sobre sua participação na história (MARTINS, 2004, p. 294).

Para colher os dados, faremos um levantamento junto a uma unidade pública e/ou grupo fechado no facebook, para convidar as travestis a participar. Com isso, oportunizamos revelar suas dificuldades, vulnerabilidades e experiências

vividas de acesso, privação e preconceito no conviver com a AIDS, construindo subsídios para entender protagonismo e, também, agendas de políticas públicas.

Também, se possível o for, faremos uma abordagem ao setor municipal de DST/AIDS a fim de compreender o público atendido em dados quantitativos e qualitativos, se caso os profissionais quiserem expor esses dados. Essa abordagem permitirá compreender a dinâmica da doença no grupo de travestis treslagoenses, bem como propiciará definir quais serão os sujeitos de nossa pesquisa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio desse texto, observamos que as travestis trazem apenso em suas identidades marcas do preconceito e da desconstrução do alinhamento do corpo ao gênero; se pensarmos que a sociedade acredita que as únicas possibilidades de expressão da sexualidade é a heterossexualidade, as travestis tendem a conviver com o enfrentamento das condições adversas do preconceito e de cenas de violências. Vimos que, apesar da doença não ter mais os segmentos de diversidade sexual como grupo potencialmente vulnerável, é possível empreender que, devido às marcas da subversão da identidade fixa, as travestis representam grupos a conviver com riscos, vulnerabilidades sociais e barreiras (simbólicas ou não) de acesso aos direitos sociais.

A propósito dessa referência, compreende-se que os diferentes contextos de vulnerabilidade (discriminação, violência e situações de risco) às quais estão inseridas trazem insuficiência ou nulo acesso às ações de proteção social, tanto no que refere às políticas de prevenção, como também serviços intersetoriais direcionados ao público travesti. Dessa forma, que nosso estudo oportuniza compreender como estão convivendo e construindo história de vida? Como utilizam dos serviços? E quais barreiras são colocadas?

A viabilidade desse estudo se torna relevante ao público de diversidade sexual, posto que problematiza a compreensão que estes sujeitos (travestis) têm do processo de inclusão que, pensam (ou não), vivenciar em sociedade. Diante disso, nosso foco embasa-se nas problemáticas existentes nas relações de poder em sociedade, baseando-se, para isso, nos estudos foucaultianos, tentando compreender como se dá a construção dos substratos de verdades sobre o sexo, e

como em nossos corpos repercutem proibições e ditos que nos tendenciam à busca do desejo passageiro de se sentir incluído. Com base nisso, resolvemos trazer estas vozes que se distoam na construção do sentido de suas vidas, no convívio com a doença, assinalando também, possibilidades do serviço social compreender as vozes de acesso a direitos, mobilidade social e ditos desses sujeitos.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Plano Nacional de Enfrentamento da epidemia de AIDS e das DST entre gays, HSH e travestis**. Brasília: MS; 2007.

CORACINI, Maria José. **A celebração do outro**: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2007.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. v.1. A Vontade de Saber. 13ª ed. São Paulo: Graal, 2003.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: ED. VOZES, 2003.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O Que é Homossexualidade?** São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1985.

GOFFAMAM, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, 4. ed. Rio de Janeiro (LTC); 1988.

GREEN, James N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil no século XX. São Paulo: Ed. UNESP, 2000. 379p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educ. Pesqui. [online]. 2004, vol.30, n.2, pp. 289-300. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2015.

MELLO, Luiz; PERILO, Marcelo; BRAZ, Camilo Albuquerque de, PEDROSA, Cláudio. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais

no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. Sexualidad, Salud y Sociedad. **Revista Latinoamericana**. Rio de Janeiro, n.9 - dec. 2011 - pp.7-28.

PERES, W. S. **Cenas de exclusão anunciadas:** travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, R. D. Diversidade sexual na educação: problematização sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/SECAD, 2009. p. 235-264.

PETER, R.; CAMARGO, Jr., KR. **Pobreza e HIV/AIDS:** Aspectos antropológicos e sociológicos. Cad. Saúde Pública. 2000;16 (Sup. 1): 81-102.

PINTO, Agnes Caroline S. *et al.* **Compreensão da pandemia da AIDS nos últimos 25 anos.** Ceará, 2007.

SABATINE, Thiago Teixeira. **Travestis, territórios e prevenção de AIDS numa cidade do interior de São Paulo.** 2012. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/88804>>. Acesso em: 21 set. 2015.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOUSA, Patrícia Juliana; FERREIRA, Luiz Oscar Cardoso; SÁ, Janilson Barros de. **Estudo descritivo da homofobia e vulnerabilidade ao HIV/AIDS das travestis da Região Metropolitana do Recife, Brasil.** Pernambuco, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v18n8/08.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2015.